

Diário do Legislativo de 14/06/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líderes: Ronaldo Canabrava e José Henrique

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Mauro Lobo

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Marcelo Gonçalves

Vice-Líder: Bené Guedes

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Nivaldo Andrade

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: João Pinto Ribeiro

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Ivo José

Vice-Líder: Maria Tereza Lara

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Cabo Morais

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

Vice-Líder: Márcio Kangussu

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Sávio Souza Cruz

Vice-Líderes: Luiz Tadeu Leite e Rogério Correia

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Antônio Andrade

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB Presidente
Oliveira

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Cabo Morais PL

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Olinto Godinho PTB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

| | | |
|--------------------------|------|-----------------|
| Deputado Ambrósio Pinto | PTB | Presidente |
| Deputado Wanderley Ávila | PPS | Vice-Presidente |
| Deputado Ailton Vilela | PSDB | |
| Deputado José Henrique | PMDB | |

SUPLENTES:

| | |
|------------------------------|------|
| Deputado Arlen Santiago | PTB |
| Deputado Fábio Avelar | PPS |
| Deputado Edson Rezende | PSB |
| Deputado Carlos Pimenta | PSDB |
| Deputado Adelino de Carvalho | PMDB |

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

| | | |
|-----------------------------|------|-----------------|
| Deputado Ermano Batista | PSDB | Presidente |
| Deputado Antônio Júlio | PMDB | Vice-Presidente |
| Deputado Bené Guedes | PDT | |
| Deputado Agostinho Silveira | PL | |
| Deputado Maria Tereza Lara | PT | |
| Deputado Paulo Piau | PFL | |
| Deputado Antônio Genaro | PSD | |

SUPLENTES:

| | |
|--------------------------|------|
| Deputado Hely Tarquínio | PSDB |
| Deputado Olinto Godinho | PTB |
| Deputado Doutor Viana | PDT |
| Deputado José Milton | PL |
| Deputada Ivo José | PT |
| Deputado Sebastião Costa | PFL |
| Deputado Irani Barbosa | PSD |

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

EFETIVOS:

| | | |
|----------------------------|------|-----------------|
| Deputado João Paulo | PSD | Presidente |
| Deputado Geraldo Rezende | PMDB | Vice-Presidente |
| Deputado Mauri Torres | PSDB | |
| Deputado Bené Guedes | PDT | |
| Deputada Elaine Matozinhos | PSB | |

SUPLENTES:

| | | |
|-------------------------------------|------|--|
| Deputado Dalmo Ribeiro Silva | PSD | |
| Deputado Luiz Tadeu Leite | PMDB | |
| Deputado Hely Tarquínio | PSDB | |
| Deputado Alencar da Silveira Júnior | PDT | |
| Deputada Chico Rafael | PSB | |

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

| | | |
|-----------------------------|------|-----------------|
| Deputado João Leite | PSDB | Presidente |
| Deputado Glycon Terra Pinto | PPB | Vice-Presidente |
| Deputado Marcelo Gonçalves | PDT | |
| Deputada Maria Tereza Lara | PT | |
| Deputado Luiz Tadeu Leite | PMDB | |

SUPLENTES:

| | | |
|-----------------------------------|------|--|
| Deputada Elbe Brandão | PSDB | |
| Deputado Luiz Fernando Faria | PPB | |
| Deputado João Batista de Oliveira | PDT | |
| Deputado Rogério Correia | PT | |
| Deputado Adelino de Carvalho | PMDB | |

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos PSDB Vice-Presidente
Andrada

Deputado José Milton PL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Eduardo Brandão PMDB

SUPLENTES:

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputada Agostinho Silveira PL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Márcio Cunha PMDB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Maria José Haueisen PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

SUPLENTES:

Deputado Pastor George PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Nivaldo Andrade PPB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PMDB Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Ailton Vilela PSDB

SUPLENTES:

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputada Álvaro Antônio PDT

Deputado Carlos Pimenta PSDB

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

| | | |
|-----------------------------|------|-----------------|
| Deputado Glycon Terra Pinto | PPB | Presidente |
| Deputado Djalma Diniz | PSD | Vice-Presidente |
| Deputado Eduardo Brandão | PMDB | |
| Deputada Maria Olívia | PSDB | |
| Deputado Marco Régis | PPS | |

SUPLENTES:

| | | |
|------------------------------|------|--|
| Deputado Luiz Fernando Faria | PPB | |
| Deputado Dinis Pinheiro | PSD | |
| Deputado Antônio Júlio | PMDB | |
| Deputado Ailton Vilela | PSDB | |
| Deputado Wanderley Ávila | PPS | |

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

| | | |
|---------------------------|------|-----------------|
| Deputado Miguel Martini | PSDB | Presidente |
| Deputado Pastor George | PL | Vice-Presidente |
| Deputado Dimas Rodrigues | PMDB | |
| Deputado Cristiano Canêdo | PTB | |
| Deputado Edson Rezende | PSB | |

SUPLENTES:

| | | |
|------------------------------------|------|--|
| Deputado Agostinho Patrús | PSDB | |
| Deputado Sargento Rodrigues | PL | |
| Deputado Jorge Eduardo de Oliveira | PMDB | |
| Deputado Arlen Santiago | PTB | |
| Deputado Chico Rafael | PSB | |

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

| | | |
|-----------------------------|------|-----------------|
| Deputado Ivo José | PT | Presidente |
| Deputado Amilcar Martins | PSDB | Vice-Presidente |
| Deputado Agostinho Silveira | PL | |
| Deputado Luiz Menezes | PPS | |
| Deputado Ronaldo Canabrava | PMDB | |

SUPLENTE:

| | | |
|--------------------------|------|--|
| Deputado Rogério Correia | PT | |
| Deputado João Leite | PSDB | |
| Deputado José Milton | PL | |
| Deputado Marco Régis | PPS | |
| Deputado Antônio Andrade | PMDB | |

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

| | | |
|-------------------------|------|-----------------|
| Deputado Álvaro Antônio | PDT | Presidente |
| Deputado Arlen Santiago | PTB | Vice-Presidente |
| Deputado Ivair Nogueira | PMDB | |
| Deputado Bilac Pinto | PFL | |
| Deputado Dinis Pinheiro | PSD | |

SUPLENTE:

| | | |
|-------------------------------------|------|--|
| Deputado Alencar da Silveira Júnior | PDT | |
| Deputado Olinto Godinho | PTB | |
| Deputado José Henrique | PMDB | |
| Deputado Alberto Bejani | PFL | |
| Deputado Djalma Diniz | PSD | |

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

| | | |
|-----------------------------|------|-----------------|
| Deputado Fábio Avelar | PPS | Presidente |
| Deputada Elbe Brandão | PSDB | Vice-Presidente |
| Deputado Márcio Cunha | PMDB | |
| Deputado João Pinto Ribeiro | PTB | |
| Deputado Alberto Bejani | PFL | |

SUPLENTES:

| | |
|--------------------------|------|
| Deputado Marco Régis | PPS |
| Deputado Amilcar Martins | PSDB |
| Deputado Dimas Rodrigues | PMDB |
| Deputado Ambrósio Pinto | PTB |
| Deputado Bilac Pinto | PFL |

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES, EM 12/6/2000

Presidência do Deputado Aílton Vilela

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Hely Tarquínio - Mauri Torres - Olinto Godinho.

O Sr. Presidente (Deputado Ailton Vilela) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 13, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (-A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para emitir parecer sobre a proposta de emenda à constituição nº 3/99

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia seis de abril de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Pastor George, Glycon Terra Pinto, João Batista de Oliveira e Márcio Kangussu (substituindo este ao Deputado João Leite, por indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão supracitada. Registra-se também a presença do Deputado João Paulo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Pastor George, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Glycon Terra Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a finalidade da reunião é apreciar o parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/99, em 1º turno, e passa a palavra ao Deputado João Paulo, autor da proposição, que presta esclarecimentos a respeito do objetivo da referida proposição. Em seguida, o Deputado Glycon Terra Pinto procede à leitura do seu parecer, que conclui pela aprovação da matéria na forma proposta. Colocado em discussão e em votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser convocada através de edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2000.

Pastor George, Presidente - Glycon Terra Pinto - Jorge Eduardo de Oliveira.

ATA DA 20ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Às dez horas e quinze minutos do dia dezoito de maio de dois mil, comparecem no Fórum Dra. Valéria Vieira, no Município de Ipatinga, os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira e Chico Rafael, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Ivo José. O Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e faz a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos parlamentares presentes. A reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 17/99, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado. São convidados a compor a Mesa os Srs. Chico Ferramenta, Prefeito de Ipatinga; Nilson Reis, Juiz do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais; Alceu Marques, Procurador Adjunto de Justiça; Elpidio Donizete, Presidente da AMAGIS; Nádia Souza Campos, Diretora da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais; Maria Aparecida de Oliveira Grossi, Juíza Diretora do Foro de Ipatinga; Adélio Duarte, Presidente da Subseção da OAB de Ipatinga; e Antônio José Calhau, Consultor da Assembléia Legislativa. A seguir, o Presidente ressalta a importância da realização das audiências públicas nas diversas regiões do Estado, que visam a aproximar o Legislativo da população do interior mineiro. Usam a palavra todos os integrantes da Mesa e os demais participantes, apresentando sugestões ao Projeto de Lei Complementar nº 17/99. O Deputado Chico Rafael, relator da matéria, pela Comissão de Administração Pública, recebe as sugestões apresentadas, que têm por objetivo subsidiar seu parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Chico Rafael - Ivo José.

ATA DA 40ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Às dez horas do dia vinte e três de maio do ano dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Wanderley Ávila e Mauro Lobo (substituindo este ao Deputado Ailton Vilela, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wanderley Ávila, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e solicita ao Deputado Wanderley Ávila que proceda à leitura de informação elaborada pela Área de Consultoria Temática desta Casa sobre o Ofício nº 097/99, do Juiz da 169ª Zona Eleitoral, de Mantena, o qual contém esclarecimentos sobre a mudança de topônimo do Município de Itabirinha de Mantena. A seguir, determina sejam encaminhadas cópias da referida informação ao Presidente da Câmara Municipal de Itabirinha de Mantena e ao Diretor-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA. A pedido do Deputado Wanderley Ávila, o Presidente registra a presença dos Srs. Marcos Russo, da TV Horizonte; Luiz Gonzaga Miranda, do Município de Capelinha, e Idalino Soares Aldimin, ex-Vereador do Município de Francisco Sá. Em seguida, passa-se à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Presidente submete a votação o Requerimento nº 1.383/2000, da Deputada Maria Olívia, o qual é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2000.

Ambrósio Pinto, Presidente - Ailton Vilela - Wanderley Ávila.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da comissão especial dos programas de combate à prostituição infantil no norte de minas

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e três de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Genaro, Carlos Pimenta, Cristiano Canêdo e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Genaro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cristiano Canêdo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Em seguida, o Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Sérgio Cardoso Mota, Secretário Adjunto de Estado da Assistência Social, da Criança e do Adolescente; José Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Direitos Humanos da Secretaria de Estado da Justiça, representado pela Sra. Zélia Rogedo; e José Geraldo de Freitas Drumond, Reitor da UNIMONTES; e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença dos convidados e da Sra. Rosemary Teixeira Lisboa, Coordenadora do Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente da SETASCAD. Os convidados fazem uso da palavra, para suas considerações iniciais, e, após, são abertos os debates, com a participação dos Deputados presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2000.

Antônio Genaro, Presidente - Cristiano Canêdo - Pastor George.

ATA DA 41ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Às dez horas do dia trinta de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Wanderley Ávila e Ailton Vilela, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ailton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar proposições da Comissão e designa o Deputado Wanderley Ávila para relatar o Projeto de Lei nº 950/2000, de autoria do Deputado Anderson Aduato, em turno único. Encerrada a 1ª Parte da reunião, o Deputado Wanderley Ávila procede à leitura de nota técnica elaborada pela Área de Consultoria Temática da Casa sobre o Requerimento nº 6/2000-001, da Câmara Municipal de Santa Cruz de Salinas, o qual dispõe sobre alteração de limites entre esse município e o Município de Salinas, mediante a qual conclui seja a matéria baixada em diligência à referida Câmara Municipal. O Presidente defere o pedido. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2000.

Ambrósio Pinto, Presidente - Wanderley Ávila - José Henrique.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da CPI das Licitações

Às quinze horas e quarenta minutos do dia trinta de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Miguel Martini, Antônio Andrade e Olinto Godinho, membros da supracitada Comissão. Registra-se também, a presença do Deputado Luiz Tadeu Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Olinto Godinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica que a reunião se destina a ouvir os Srs. Djalma Bastos de Moraes, ex-Vice-Presidente; Paulo Maurício do Carmo Assis, Gerente de Vendas de Asfalto Sudeste e Adílio Silva, advogado da Gerência Jurídica de Minas Gerais, todos da Petrobrás Distribuidora S.A., os quais prestarão esclarecimentos a respeito dos dois contratos firmados entre o DER-MG e a Petrobrás Distribuidora S.A., para a aplicação, transporte e fornecimento de asfalto e emulsão asfáltica. A seguir o Presidente solicita ao Deputado Miguel Martini que proceda à leitura de ofício enviado à CPI pelo Sr. Djalma Bastos de Moraes, ex-Vice-Presidente da Petrobrás Distribuidora S.A. e atual Presidente da CEMIG por meio do qual indica o Sr. Adílio Silva para substituí-lo nesta reunião. Ato contínuo, o Deputado Miguel Martini lê a justificativa do Deputado Rogério Correia de sua ausência na reunião, em razão de participação no 1º Fórum Mineiro Antidrogas. Logo após, o Presidente informa o recebimento de correspondência de diversos órgãos e entidades as quais encaminham documentação requerida pela CPI. O Presidente esclarece que os referidos documentos serão anexados aos autos da CPI, ficando à disposição dos Deputados para consulta. Prosseguindo, o Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas exposições e respondem às perguntas formuladas pelos Deputados Miguel Martini e Antônio Andrade. Passa-se à discussão e votação de proposições da Comissão, fase em que o Deputado Miguel Martini apresenta requerimento, em que solicita seja tornado sem efeito o convite aprovado nesta Comissão relativo à ADEMG, FUNED e ao IMA e, ainda, que seja fornecido a esta Comissão, pela BR Distribuidora S.A., os preços praticados por aquela empresa, relativos aos produtos que especifica, tanto em contratos firmados com o Estado de Minas Gerais, quanto com o Estado de São Paulo, no período compreendido entre janeiro de 1999 até a data atual. Em seguida, o Deputado Antônio Andrade apresenta requerimento, em que solicita se encaminhe ao DER-MG, pedido de envio a esta Comissão de todos os contratos ou convênios firmados nos últimos cinco anos com a BR Distribuidora S.A. para fornecimento de material asfáltico, tecnologia e treinamento. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. A Presidência esclarece aos Deputados e demais participantes que o inteiro teor da reunião se encontra registrado nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2000.

Miguel Martini, Presidente - Antônio Andrade - Eduardo Hermeto - Dinis Pinheiro.

ATA DA 39ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às dez horas e quinze minutos do dia trinta e um de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Doutor Viana, Sargento Rodrigues, Miguel Martini (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús, por indicação da Liderança do PSDB) e Paulo Piau (substituindo o Deputado Sebastião Navarro Vieira, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e dá ciência de ofício da Associação Sindical dos Servidores da Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos, publicado na edição de 25/5/2000. Comunica, ainda, o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores a seguir citados: Projetos de Lei nºs 771/99 - Deputado Agostinho Patrús; 1.021/2000 - Deputado Sargento Rodrigues; e 1.044/2000 - Deputado Sebastião Navarro Vieira. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Doutor Viana apresenta requerimento em que solicita a inversão da pauta da reunião. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Com a palavra, o Deputado Sargento Rodrigues, relator do Projeto de Lei nº 589/99 no 1º turno, emite parecer pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Registra-se neste momento a presença do Deputado Chico Rafael. O Deputado Paulo Piau procede à leitura do parecer em que o Deputado Sebastião Navarro Vieira, relator do Projeto de Lei nº 938/2000 no 1º turno, conclui por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. O Deputado Sargento Rodrigues solicita vista do parecer, o que lhe é deferido. O Deputado Doutor Viana, designado como relator do Projeto de Lei nº 1.044/2000 no 1º turno, na ausência do Deputado Sebastião Navarro Vieira, emite parecer pela aprovação do projeto na forma apresentada. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Sargento Rodrigues, relator da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 24/2000, apresentada no 1º turno, em Plenário, emite parecer por sua rejeição. O Deputado Chico Rafael solicita vista do parecer, o que lhe é deferido. O Deputado Doutor Viana, relator do Projeto de Lei nº 148/99, emite parecer por sua aprovação no 2º turno. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Ainda com a palavra, o Deputado Doutor Viana, relator do Projeto de Lei nº 193/99, emite parecer por sua aprovação no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Na fase de discussão, usam a palavra os Deputados Paulo Piau e Jorge Eduardo de Oliveira. Colocado em votação, é o parecer aprovado. O Deputado Sargento Rodrigues, relator do Projeto de Lei nº 298/99, emite parecer por sua aprovação no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Sargento Rodrigues, relator do Projeto de Lei nº 389/99 no 2º turno, solicita o prazo regimental para emitir parecer. A Presidência defere o pedido. Na ausência do Deputado Sebastião Navarro Vieira, o Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 411/99 ao Deputado Paulo Piau, que emite parecer por sua aprovação no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. Na fase de discussão, usam a palavra os Deputados Sargento Rodrigues e Doutor Viana. Colocado em votação, é o parecer aprovado. Na ausência do Deputado Agostinho Patrús, relator do Projeto de Lei nº 479/99, a Presidência redistribui a proposição ao Deputado Paulo Piau, que emite parecer por sua aprovação no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Doutor Viana profere parecer sobre o Projeto de Lei nº 520/99, concluindo por sua aprovação no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Sargento Rodrigues, relator do Projeto de Lei nº 606/99 no 2º turno, emite parecer em que conclui por sua aprovação. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. É colocado em votação e aprovado o Requerimento nº 1.405/2000. A seguir, é colocado em votação o Requerimento nº 1.407/2000. Para encaminhar a votação, usam a palavra os Deputados Paulo Piau e Sargento Rodrigues. Este último apresenta requerimento solicitando o adiamento da votação do requerimento. Colocado em votação, é o requerimento do Deputado Sargento Rodrigues aprovado. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições da Comissão. Colocado em votação, é aprovado requerimento do Deputado João Paulo, em que solicita a realização de audiência pública com a finalidade de se debater, com diversos convidados, o Projeto de Lei nº 1.021/2000, de sua autoria, que autoriza o Governo do Estado a substituir o CEASA-MG e a CASEMG pelo Mineirão e pelo Mineirinho, nas negociações com o Governo Federal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Doutor Viana - Chico Rafael - Cristiano Canêdo.

ATA DA 41ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às quinze horas do dia trinta e um de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Bilac Pinto, Dinis Pinheiro, Ivair Nogueira e Olinto Godinho, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bilac Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e debater com os convidados a obra viária denominada Via 240 (trecho Belo Horizonte-Santa Luzia), em virtude de denúncias publicadas no jornal "Estado de Minas" do dia 23/5/2000, sob o título "21 Milhões Jogados no Lixo". O Presidente dá ciência do recebimento de ofícios dos Srs. Waldemar Antônio Lemes Filho, Presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas; Iano Tomaz Maioline, Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí, e Maria Léia Domingos Delfino. Informa, ainda, o recebimento das seguintes proposições, bem como os relatores aos quais foram distribuídas: Projetos de Lei nºs 402 (relator: Deputado Bilac Pinto) e 696/99 (relator: Deputado Ivair Nogueira). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em 1º e em 2º turno, respectivamente, os pareceres que concluem pela aprovação do Projeto de Lei nº 12/99 na forma do Substitutivo nº 5 e pela rejeição dos Substitutos nºs 1 a 4 e das Emendas nºs 1 a 4; e do Projeto de Lei nº 16/99 na forma do vencido em 1º turno. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Colocados em votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes requerimentos: do Deputado Ivo José, solicitando se encaminhe pedido de informações ao DER-MG sobre o processo de duplicação das BRs 262 e 381, no trecho que liga Belo Horizonte a Governador Valadares, o qual consta no PMDI; do Deputado Álvaro Antônio, solicitando seja formulado pedido ao DNER-MG e à Polícia Federal para montagem de operação nas proximidades da balança da BR-040, no trecho Belo Horizonte-Sete Lagoas, objetivando a coleta de dados estatísticos sobre transporte de carga; e do Deputado Ivair Nogueira, solicitando seja enviado ofício ao Superintendente da SUDECAP e ao responsável pelo DEOP, para que compareçam a esta Comissão a fim de prestarem esclarecimentos sobre a obra denominada Via 240. Em seguida,

o Presidente convida a compor a Mesa os Srs. Ricardo Correia de Almeida, Diretor Administrativo-Financeiro da Engesolo Engenharia Ltda; Maurício Dias Fernandes, Diretor da Planex S.A.; Eduardo Pretti Figueiredo Neves, Diretor da Construtora Ápia Ltda; Maurício Sigaud Ferreira, Diretor-Presidente da ECP Engenharia. Após, o Presidente, na qualidade de autor do requerimento que suscitou a reunião, emite considerações sobre o assunto. Segue-se amplo debate entre os convidados e os membros da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2000.

Arlen Santiago, Presidente - Ivair Nogueira - Bilac Pinto.

MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 149ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 13/6/2000

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 1º turno: Projetos de Lei nºs 589/99, do Deputado Chico Rafael, na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 a 5; 797/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1.

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 411/99, do Deputado Eduardo Brandão, na forma do vencido em 1º turno; 482/99, do Deputado Eduardo Hermeto, na forma do vencido em 1º turno.

Obs.: Foi também aprovado parecer sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Flávio Goes Menicucci para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER-MG.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 150ª reunião ordinária, em 14/6/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/99, do Deputado Gil Pereira, que dá nova redação ao "caput" do art. 201 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que acrescenta parágrafo ao art. 36 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/99, do Deputado José Braga, que dá nova redação ao art. 31, II, da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/99, do Deputado Márcio Cunha, que altera a composição do Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta o § 3º ao art. 163 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 22/2000, do Deputado Pastor George, que acrescenta dispositivos ao art. 117 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cívicos do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 24/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre a manifestação, por militar inativo, de pensamento e opinião. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação. Emendada em Plenário, voltou a proposição à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 11/99, do Deputado Mauro Lobo, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. Retirado de pauta por acordo de Líderes. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Rêmoló Aloise opinou pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 303/99, da Deputada Maria Olívia, que institui o Programa de Atendimento Domiciliar a Idosos e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão do Trabalho opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 2 e 3, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão do Trabalho. A Comissão de Saúde opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, a Emenda nº 2, da Comissão do Trabalho, e as Emendas nºs 4 e 5, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 3, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/99, do Deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivos ao art. 161 e ao art. 199 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 120/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reabre o prazo para inscrição no PDV, de que trata a Lei nº 12.280, de 1º/8/96, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 545/99, da Comissão de Direitos Humanos, que determina o pagamento de indenização a vítima de crime de tortura praticada por agente do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 551/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que dispõe sobre a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 610/99, do Deputado João Pinto Ribeiro, que dispõe sobre a impressão nas embalagens de leite dos tipos "C" e "B" do quadro de vacinas infantis obrigatórias. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 197/99, do Deputado Alberto Bejani, que concede pensão especial aos dependentes do ex-Cabo PM Valério do Santos Oliveira. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 353/99, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre a isenção das taxas de inscrição nos processos seletivos das universidades estaduais para o aluno egresso da rede pública. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 362/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Estado a assumir a gestão e a manutenção de trechos rodoviários. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 383/99, do Deputado João Pinto Ribeiro, que dispõe sobre a criação de espaço publicitário nas faixas de domínio público que margeiam as rodovias estaduais. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 513/99, dos Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos e Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a fiscalização do envasilhamento, comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 520/99, do Deputado Ermano Batista, que torna obrigatória a inserção da matéria Noções de Direitos Humanos em concursos públicos e cursos internos de órgãos da administração do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 592/99, do Deputado Mauro Lobo, que dispõe sobre a reopção de candidatos classificados no concurso público de Professor Nível 1 - Grau A, do Quadro do Magistério da rede estadual de ensino. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 603/99, do Deputado Chico Rafael, que estabelece normas básicas para a realização do censo do portador de deficiência e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 14/6/2000

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.473 a 1.477/2000, da Comissão de Direitos Humanos.

Ordem do dia da 40ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 14/6/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 870/2000, do Deputado Ronaldo Canabrava; 892/2000, do Deputado Gil Pereira.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 800/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: debater o processo de informatização no Estado.

Convidados: Prof. Francisco César de Sá Barreto, Reitor da UFMG; Engº Marcos Túlio de Melo, Presidente do CREA; Srs. Gustavo Torres, Presidente da PRODABEL; Jackson Carvalho Leite, Presidente da PRODEMGE; Sra. Edna Marli Oliveira, Presidente do SINDADOS; Srs. Lúcio Gutierrez, Presidente do SINDIELETRO, e Rubens Martins Moreira, Presidente do SEMGE.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 43ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 14/6/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 402/99, do Deputado Pastor George; 696/99, dos Deputados Chico Rafael, Edson Rezende e Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.465 e 1.466/2000, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; 1.468/2000, do Deputado Álvaro Antônio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 43ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 15/6/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 897/2000, do Deputado Agostinho Silveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 959/2000, do Deputado Anderson Aduino; 963/2000, do Deputado Amílcar Martins.

Finalidade: discutir a respeito da oftalmologia na Fundação Hilton Rocha e no Estado de Minas Gerais.

Convidados: Srs. Emyr Soares, Presidente da Fundação Hilton Rocha; Karen Brock Ramalho, Diretora Clínica da Fundação Hilton Rocha; Túlio Vasconcelos, Diretor Técnico da Fundação Hilton Rocha.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da CPI do Narcotráfico, a realizar-se às 15 horas do dia 15/6/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 14/6/2000, destinadas, a primeira, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição n°s 4/99, do Deputado Gil Pereira, que dá nova redação ao "caput" do art. 201 da Constituição do Estado; 15/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que acrescenta parágrafo ao art. 36 da Constituição Estadual; 24/99, do Deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivos ao art. 161 e ao art. 199 da Constituição Estadual; 28/99, do Deputado José Braga, que dá nova redação ao art. 31, II, da Constituição do Estado; 30/99, do Deputado Márcio Cunha, que altera a composição do Conselho de Defesa Social; e 31/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta o § 3º ao art. 163 da Constituição do Estado; dos Projetos de Lei Complementar n°s 11/99, do Deputado Mauro Lobo, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei n° 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado; 22/2000, do Deputado Pastor George, que acrescenta dispositivos ao art. 117 da Lei n° 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado; e 24/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre a manifestação por militar inativo de pensamento e opinião; e dos Projetos de Lei n°s 303/99, da Deputada Maria Olívia, que institui o Programa de Atendimento Domiciliar a Idosos e dá outras providências; 120/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reabre o prazo para inscrição no Programa de Desligamento Voluntário de que trata a Lei n° 12.280, de 1º/8/96, e dá outras providências; 545/99, da Comissão de Direitos Humanos, que determina o pagamento de indenização a vítima de crime de tortura praticada por agente do Estado; 551/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que dispõe sobre interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias e dá outras providências; 610/99, do Deputado João Pinto Ribeiro, que dispõe sobre a impressão nas embalagens de leite dos tipos "c" e "b" do quadro de vacinas infantis obrigatórias; 197/99, do Deputado Alberto Bejani, que concede pensão especial aos dependentes do ex-Cabo PM Valério dos Santos Oliveira; 353/99, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre a isenção das taxas de inscrição nos processos seletivos das universidades estaduais para o aluno egresso da rede pública; 362/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Estado a assumir a gestão e a manutenção de trechos rodoviários; 383/99, do Deputado João Pinto Ribeiro, que dispõe sobre a criação de espaço publicitário nas faixas de domínio público que margeiam as rodovias estaduais; 513/99, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre a fiscalização do envasilhamento, comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo; 520/99, do Deputado Ermano Batista, que torna obrigatória a inserção da matéria Noções de Direitos Humanos em concursos públicos e cursos internos de órgãos da administração do Estado; 592/99, do Deputado Mauro Lobo, que dispõe sobre a reopção de candidatos classificados no concurso público de Professor Nível I - Grau A, do Quadro de Magistério da rede estadual de ensino; e 603/99, do Deputado Chico Rafael, que estabelece normas básicas para a realização do censo do portador de deficiência e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, à discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos e à apreciação da matéria constante na pauta da primeira; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de junho de 2000.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do Narcotráfico

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Rogério Correia, Carlos Pimenta, José Henrique, Marco Régis e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/6/2000, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem depoimentos relativos ao resgate do preso Flávio de Souza.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Irani Barbosa, Olinto Godinho, Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/6/2000, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, na 1ª Fase da Ordem do Dia, os seguintes pareceres:

No 2º turno: Projeto de Lei n° 185/99, do Deputado Ermano Batista.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 638/99, do Deputado João Batista; 838/2000, do Deputado João Paulo; 332/99, do Deputado Dimas Rodrigues.

No 2º turno: Projeto de Lei n° 109/99, do Deputado Gil Pereira.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 645/99, do Deputado Fábio Avelar; 695/99, do Deputado Eduardo Hermeto; 741/99, do Deputado José Milton; 795/2000, do Deputado Pastor George, e 909/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento n° 1.467/2000, do Deputado Antônio Carlos Andrada

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2000.

Márcio Cunha, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre as emendas n°s 3 a 10 apresentadas em plenário ao projeto de Lei N° 846/2000

Comissão de Administração Pública

De iniciativa do Presidente do Tribunal de Contas, o projeto de lei em epígrafe altera o plano de carreira dos servidores do Tribunal e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 11/3/2000, o projeto foi distribuído às comissões competentes para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Por seu turno, a Comissão de Administração Pública emitiu parecer pela aprovação da matéria com as Emendas n°s 1 e 2.

Esgotado o prazo para a sua apreciação nas comissões, a proposição foi incluída na ordem do dia para discussão e votação, ocasião em que recebeu as Emendas nºs 3 a 10.

Retorna, agora, a esta Comissão, para receber parecer sobre as emendas de Plenário.

Fundamentação

A Emenda nº 3, do Deputado Miguel Martini, de igual teor ao da Emenda nº 9, do Deputado Ivo José, dá nova redação ao § 1º do art. 8º da proposição, a fim de assegurar ao servidor aposentado no final de carreira o posicionamento no padrão final estabelecido para a respectiva carreira, nos termos da nova sistemática, limitado ao padrão TC-63, aplicando-se a proporcionalidade aos demais servidores inativos.

As Emendas nºs 3 e 9 são semelhantes à Emenda nº 1, apresentada por esta Comissão, diferenciando-se tão-somente na fixação do padrão limite. No nosso entender, as Emendas nºs 3 e 9 inviabilizam a correta aplicação da correspondência entre os cargos estabelecida pela proposição, ao contrário da Emenda nº 1, que melhor se coaduna com a sistemática proposta. Entretanto, visando tão-somente a aprimorar o texto da Emenda nº 1 no que se refere à definição dos padrões para fins de posicionamento de todos os servidores aposentados, apresentaremos ao final uma subemenda à Emenda nº 1.

Em razão disso, deixamos de acolher as Emendas nºs 3 e 9.

As emendas a seguir examinadas são de autoria do Deputado Ivo José, cuja iniciativa é louvável na medida em que busca a valorização do servidor, notadamente no que se refere ao seu desenvolvimento profissional e fortalecimento da carreira.

Nesse contexto, examinaremos as emendas, ressaltando que, oportunamente, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária deverá se manifestar quanto à proposição de lei, em 2º turno, uma vez que não lhe foi possível apreciá-la em 1º turno.

A Emenda nº 4 propõe nova redação para o art. 1º, objetivando especificar no texto da proposição o Quadro de Provisão Efetivo e o Quadro Suplementar, além de propor novos anexos, em substituição aos originais.

No que se refere à especificação dos quadros, a proposta será acolhida. Todavia, quanto à proposta de alteração das classes das carreiras e da correspondência entre os padrões, são necessários os seguintes esclarecimentos.

Nos termos da reforma administrativa determinada pela Emenda à Constituição nº 19, de 1998, a instituição de carreiras públicas está diretamente associada às atividades-fim da instituição a que pertencer o servidor.

A emenda em exame propõe um alargamento das classes das carreiras, baseando-se na Lei nº 13.467, de 2000, que alterou o plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário. Deu, ainda, ênfase à carreira composta pelos cargos de nível de 2º grau de escolaridade.

O fortalecimento das carreiras está em consonância com a reforma administrativa, uma vez que faz parte de uma política de desenvolvimento do servidor, com vistas à sua profissionalização. Entretanto, ressaltamos que qualquer modificação do texto original deve considerar a relação existente entre as carreiras e a função da instituição.

Uma vez que uma análise nesse sentido protelaria ainda mais a tramitação da matéria nesta Casa, em prejuízo dos servidores da Corte de Contas, opinamos pela manutenção do texto original.

Apresentamos, portanto, subemenda à Emenda nº 4, ao final apresentada.

A Emenda nº 5 propõe incluir no Anexo V da proposição os valores correspondentes aos vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas. Todavia, como o próprio Anexo V já estabelece a tabela de escalonamento vertical de vencimentos, deixamos de acolher a emenda em apreço.

A Emenda nº 6, que, a exemplo da Emenda nº 4, propõe distinguir na proposição o Quadro Efetivo e o Quadro Suplementar, será acolhida na forma de subemenda, dando nova redação ao art. 2º do projeto, apenas por motivos de correção técnica.

A Emenda nº 7 tem por escopo garantir ao servidor posicionado no padrão inicial da classe inicial da sua respectiva carreira o vencimento correspondente ao padrão 8 da nomenclatura anterior. Em outras palavras, a emenda objetiva crescer ao padrão do servidor mais 7 padrões, contrariando totalmente a sistemática adotada para as carreiras do Tribunal. É por nós considerada indesejável, pois não representa mecanismo de desenvolvimento do servidor na carreira, além de não encontrar respaldo nas diretrizes traçadas pela reforma administrativa. Ademais, tal medida tem reflexo sobre todas as classes das carreiras, conforme se verifica nos anexos apresentados pela Emenda nº 4. Somos pela sua rejeição.

A Emenda nº 8 propõe nova redação para o art. 6º, que trata do desenvolvimento do servidor na carreira. Com efeito, tendo-se em vista que a proposição revoga vários dispositivos da Lei nº 12.974, de 1998, pertinentes ao desenvolvimento na carreira, é relevante inserir no texto da proposição dispositivo sobre os institutos de progressão e promoção, especialmente quanto aos requisitos de eficiência e capacitação profissional. Acolhemos, portanto, a emenda na forma de subemenda, ao final apresentada.

Finalmente, passamos à análise da Emenda nº 10. Não vislumbramos razoabilidade para a não-incorporação da gratificação a que se refere a emenda. Ao contrário, como a política remuneratória instituída pela Emenda à Constituição nº 19, de 1998, faz ressalvas aos acréscimos pecuniários percebidos pelos servidores públicos, julgamos conveniente, para o bem do servidor, que a sua remuneração se aproxime, ao máximo, do vencimento do seu cargo efetivo. Somos, portanto, pela rejeição da Emenda nº 10.

De todo o exposto, apresentaremos, além das subemendas supramencionadas, a Emenda nº 11, com o objetivo de deixar claro na proposição que o posicionamento do servidor em padrão pertencente à Classe A constante nos anexos que a acompanham dar-se-á em caráter privativo para os servidores efetivos apostilados em cargo comissionado.

A propósito, o desenvolvimento nessa classe somente ocorrerá mediante promoção por merecimento, nos termos da subemenda apresentada à Emenda nº 8.

Conclusão

Opinamos, portanto, pela aprovação das Emendas nºs 4, 6 e 8 na forma das subemendas que receberam o nº 1, a seguir apresentadas; da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e da Emenda nº 11, que apresentamos, e pela rejeição das Emendas nºs 3, 5, 7, 9 e 10.

Ficam prejudicadas, com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, as Emendas nºs 1, 3 e 9.

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º - O Quadro de Cargos de Provimento Efetivo dos Serviços Auxiliares da Secretaria do Tribunal de Contas passa a ser o constante no Quadro A do Anexo I e no Anexo II desta lei, com a composição numérica neles indicada.

§ 1º - O Quadro Suplementar dos Serviços Auxiliares da Secretaria do Tribunal de Contas, composto pelos servidores abrangidos pelas Leis nºs 10.470, de 15 de abril de 1991, e 11.816, de 26 de janeiro de 1996, é o constante no Quadro B do Anexo I e no Anexo II desta lei, com a composição numérica neles indicada.

§ 2º - A correspondência entre os padrões de vencimento dos cargos da sistemática anterior e os resultantes desta lei é a constante no Anexo IV.”.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 6

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

“Art. 2º - As carreiras constituídas em classes, na forma dos Anexos II e III desta lei, são compostas dos cargos de Agente do Tribunal de Contas, Oficial do Tribunal de Contas e Técnico do Tribunal de Contas do Quadro de Provimento Efetivo e do Quadro Suplementar dos Serviços Auxiliares da Secretaria do Tribunal de Contas.”.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 8

Dê-se ao art. 6º a seguinte redação:

“Art. 6º - O desenvolvimento na carreira do servidor efetivo em exercício do cargo far-se-á por progressão e promoção horizontal, vertical e por merecimento, condicionada à avaliação de desempenho, cumpridas as exigências legais e aquelas estabelecidas em resolução do Tribunal de Contas.

§ 1º - Progressão é a passagem do servidor ao padrão seguinte, dentro da mesma classe, a cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de efetivo exercício no Tribunal de Contas, condicionada à avaliação de desempenho no cumprimento das atribuições do cargo.

I - Para obter a progressão o servidor deverá cumprir, ainda, os seguintes requisitos:

- a) exercício em cargo de carreira do Quadro de Pessoal a que pertencer, durante os 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;
- b) não ter sofrido durante o período a que se refere a alínea anterior punição de natureza penal ou disciplinar prevista em regulamento.

§ 2º - Promoção horizontal é a obtenção de 2 (dois) padrões de vencimento pelo servidor, a cada interstício de 730 (setecentos e trinta) dias de efetivo exercício na classe inicial da carreira e de 1.095 (mil e noventa e cinco) dias, nas classes subseqüentes, mediante avaliação de eficiência no desempenho das atribuições de seu cargo.

§ 3º - Promoção vertical é a passagem do servidor à classe subseqüente na carreira, mediante avaliação de capacitação profissional, condicionada à existência de vagas, observados os seguintes posicionamentos:

- a) A partir do TC-24 da classe E para D, do TC-32 da Classe D para C e do TC-34 da Classe C para B, para os cargos de Agente do Tribunal de Contas;
- b) A partir do TC -38 da classe D para C e do TC - 47 da classe C para B, para os cargos de Oficial do Tribunal de Contas;
- c) A partir do TC- 52 da classe C para B, para os cargos de Técnico do Tribunal de Contas;

I - A promoção vertical será efetuada após o levantamento das vagas existentes em 30 de junho do ano de sua realização;

II - O posicionamento no novo padrão da classe subseqüente dar-se-á até 31 de dezembro do ano da realização do respectivo processo classificatório;

III - A publicação do edital do processo classificatório para o preenchimento das vagas destinadas à promoção vertical será efetuada sempre no mês de agosto de cada ano.

§ 4º - A promoção por merecimento é o posicionamento do servidor efetivo em padrão de vencimento correspondente na Classe A, cumpridas as exigências da Lei nº 9.532, de 1987.

§ 5º - Os interstícios temporais mencionados neste artigo iniciam-se na data do posicionamento nas respectivas classes.”.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 1

Dê-se ao § 1º do art. 8º a seguinte redação:

“Art. 8º -

§ 1º - A partir da data da publicação desta lei, fica assegurado aos servidores aposentados em cargos de nível superior no padrão TCU-28, em cargos de nível de 2º grau, no padrão TCM-30, em cargos de 1º grau, no padrão TCP-30, da sistemática anterior, o posicionamento, respectivamente, nos padrões TC-67, TC-53 e TC-37, da nova sistemática, aplicando-se a mesma proporcionalidade aos servidores aposentados nos padrões inferiores da sistemática anterior.”.

EMENDA Nº 11

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

“Art. - O posicionamento do servidor efetivo em padrão de vencimento constante na Classe A é privativo dos detentores de título declaratório de apostila de direito, obtido nos termos da Lei nº 9.532, de 30 de dezembro de 1987.

Parágrafo único - O posicionamento na Classe A nos termos deste artigo dar-se-á em padrão correspondente ao da apostila de direito.”.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Sebastião Navarro Vieira, relator - Doutor Viana - Sargento Rodrigues - Arlen Santiago.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

147ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 7/6/2000

O Deputado Carlos Pimenta* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado José Braga, ilustres parlamentares presentes, senhoras e senhores que nos visitam, membros da imprensa, povo de Minas Gerais, gostaria, inicialmente, de tecer comentários acerca de um ato acontecido em Montes Claros e que nos causou uma indignação muito grande.

Em princípio, pode parecer que eu não tenho nada a ver com esse ato, mas gostaria de comentá-lo para chegar ao cerne do meu pronunciamento. Quero referir-me - vejo aqui parlamentares do PDT - à intervenção do PDT no diretório municipal de Montes Claros acontecida nesta semana. Entendo que qualquer intervenção de qualquer diretório em qualquer partido tem que estar fundamentada em fatos que venham a justificar um ato de tamanha violência como aconteceu em Montes Claros. Jamais por motivação política. O diretório de Montes Claros já foi constituído há muitos anos e teve nas últimas eleições municipais a felicidade de eleger vários Vereadores. Nas eleições estaduais, concorreu com candidatos próprios em Montes Claros a vagas na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa do Estado.

Após várias reuniões daquele diretório - e tivemos oportunidade participar não das reuniões, mas das deliberações -, o partido se estruturou e passou a ter condições de apresentar uma grande chapa e eleger Vereadores para a Câmara Municipal daquela cidade. Por solicitação de dois parlamentares, hoje o compõem quatro Vereadores. O diretório foi, de uma maneira antidemocrática, agredido, e ocorreu a intervenção com a motivação única e exclusivamente política.

Hoje, na parte da manhã, procurei o Deputado José Braga, que, neste momento, preside a nossa sessão - é o nosso 1º - Vice-Presidente -, majoritário pelo PDT em Montes Claros, e ele me afirmou que em nenhum momento teria partido dele essa decisão, ou pelo menos a sugestão de ocorrer a intervenção no PDT de Montes Claros. Antes de fazer esse pronunciamento, tive o cuidado de perguntar ao Deputado José Braga quais foram os verdadeiros motivos dessa intervenção. S. Exa. me garantiu que não teve nenhuma participação.

Baseado nesse fato, entendemos que a intervenção no PDT de Montes Claros foi por motivação política, pelo fato de o PDT hoje estar aliado ao atual Prefeito do PFL, ex-Deputado Jairo Ataíde. Inclusive empresta à administração do Prefeito Jairo Ataíde dois bons nomes, compondo o primeiro escalão da atual administração. A Secretária da Educação e o Secretário do Planejamento são do PDT. Além de vários outros cargos de confiança do Prefeito Jairo Ataíde.

Sr. Presidente, encerro as minhas considerações a respeito do PDT, mesmo porque não teria o direito de aprofundar-me mais na análise dessa atitude do partido em Montes Claros.

Mas passo a outra consideração que entendo ser oportuna neste momento que vivemos, que é a interferência política na vida dos municípios. Acredito piamente que qualquer município que tenha seus partidos políticos constituídos, tenha seus diretórios, tenha vida própria, independentemente de qualquer partido, não pode ser agredido dessa maneira.

Falo inclusive pelo meu partido, o PSDB, que também tentou fazer um ato de intervenção no município. Prontamente fomos contra essa decisão, deixando nossa posição muito clara na reunião do nosso diretório, porque penso que não temos direito de interferir nas decisões políticas de qualquer município.

Entendo que o povo tem que ter liberdade para escolher seus representantes; que os candidatos a Vereadores também devem ter direito de apresentar seus nomes e, por decisões democráticas de maioria, fazer suas coligações da forma como interessar a cada partido.

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Ilustre Deputado Carlos Pimenta, na qualidade de Vice-Líder do PDT, não poderia, em hipótese alguma, após ouvi-lo atentamente, e dado o respeito e a admiração que tenho por V. Exa., deixar alguns pontos esclarecidos, porquanto o nosso Líder, Deputado Marcelo Gonçalves, que é a pessoa que poderia esclarecer melhor essa situação levantada pelo nobre colega, não se encontra presente.

Talvez por deferência à minha pessoa, por questão ética, quando V. Exa. falou que dois parlamentares pediram essa intervenção...

O Deputado Carlos Pimenta* - Não, não. V. Exa. está enganado. Disse da oportunidade de fazer o discurso que estou fazendo na presença de parlamentares do PDT. Não citei parlamentares que teriam provocado esse ato, muito menos essa afirmação sairia de mim contra V. Exa, de quem conheço muito bem o passado de luta, democracia e respeito.

O Deputado Bené Guedes (em aparte)* - Muito obrigado. Peço desculpas por ter-lhe interpretado mal.

Quero dizer que, pelo que conheço dessa questão de Montes Claros, o Presidente do nosso partido, Deputado Olímpio Reis Lee, mais conhecido como Lee na região, foi contatado, e todo o partido viu-se numa situação bastante difícil, em função do candidato a Deputado Federal, que dobrou com ele lá - se não me engano, seu nome é Cláudio Pereira e teve cerca de 23 mil votos.

Houve reivindicação para que o partido tivesse a chance de crescer, de participar mais. Essa situação foi exposta para o nosso Líder Marcelo Gonçalves, que não pôde ir à reunião e foi representado por mim. Não faço política naquela região de Montes Claros, do Norte de Minas, mas tenho uma grande amizade com o atual Prefeito, Deputado Jairo Ataíde, que foi nosso colega aqui, pessoa que prezo muito também.

O que houve, na verdade, foi uma tomada de posição do partido, sim, que contemplou os dois lados, as duas situações. Pelo que foi falado pelo nosso Presidente, seria constituída, então, uma comissão provisória por uma pessoa isenta em relação ao processo. Essa seria a participação em Montes Claros, e os dois lados ficariam com duas pessoas.

Posso dizer-lhe que realmente aconteceu isso. O Presidente do partido, no caso, o Deputado Lee, tomou uma decisão que talvez não quisesse, mas o fez principalmente em função desses 23 mil votos do candidato a Deputado Federal, que o ajudou sobremaneira a chegar em Brasília.

Era isso que gostaria de falar a V. Exa. Acho que a sua fala em nada diminuiu o PDT. Muito pelo contrário, V. Exa. está sendo explícito e colocando com propriedade os acontecimentos.

O Deputado Carlos Pimenta* - Entendo perfeitamente a defesa de V. Exa. relativamente ao fato acontecido. Ela será encaminhada ao partido, e tenho a certeza de que lhe será dada uma outra versão dos fatos. Poderia ser qualquer outro partido. Apenas queria mostrar que nesse processo, em que estamos procurando nos firmar politicamente, que a democracia, para que se implante na sua totalidade, exige respeito às decisões. Entendo que o processo democrático pressupõe que um dos lados venha obter a maioria da aprovação, e essa maioria deve ser acatada, respeitada. Na verdade, não foi o que aconteceu em Montes Claros. O que lá tem acontecido, eu chamaria de desespero político, porque o atual Prefeito, Jairo Ataíde, tem feito uma grande administração. Uma pessoa séria, idônea, assim como outros ex-Prefeitos. Creio que, quando o Prefeito está trabalhando com responsabilidade, deve ser respeitado pelo seu trabalho. Ainda ontem, estivemos em Belo Horizonte fazendo visitas a órgãos responsáveis pela segurança pública, e Montes Claros será pioneira na implantação de um programa de vigilância municipal, totalmente financiado pelo município, para preencher as lacunas deixadas pela segurança pública do nosso Estado. Montes Claros estará criando um serviço próprio de segurança à população. É uma cidade que investe no social e vai inaugurar a maior obra de Minas Gerais com recursos próprios do município, um grande "shopping", com 376 lojas para a população de baixa renda, além dos 120km lineares de asfalto nos bairros. Enfim, a cidade está demonstrando que tem uma

boa administração.

Entendo que, por causa disso, algumas pessoas não afeitas à democracia estão dando um golpe dessa natureza, infelizmente, usando o PDT de Montes Claros, um partido de tradição de luta, de apoio ao trabalhador, que sempre respeitou as decisões da maioria. Hoje o PDT sofreu uma intervenção, um golpe, uma punhalada nas costas, contra a maioria esmagadora, mais de 95% dos membros do partido, que apresentaram candidatos que comporiam uma coligação majoritária com o atual Prefeito. É o desespero da eleição.

Espero que todos nós, parlamentares, tenhamos a dignidade de denunciar, desta tribuna, o massacre que estão querendo fazer, principalmente contra as pessoas sérias, que trabalham com dignidade.

Além dessa denúncia, apresento as minhas escusas ao PDT por ter citado o partido, que, infelizmente, prestou-se a essa manobra política mesquinha, antidemocrática, em Montes Claros, para o favorecimento de um grupo político que está sentindo que sofrerá uma derrota fragorosa nas urnas, no dia 1º de outubro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Kangussu - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa, visitantes, mais uma vez venho a esta tribuna para falar sobre a minha base eleitoral, região onde nasci, criei-me e vivo, que são os vales do Jequitinhonha e do Mucuri. O estigma que o vale do Jequitinhonha carrega, de portar um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do País, incomoda a sua população e é o maior desafio para os que desejam, ardentemente, produzir, gerar empregos e criar riquezas capazes de transformar a região e de estancar as chagas da miséria e da desigualdade.

Se o mundo vive o impacto das transformações econômicas e sociais que marcam esse final de século, temos a convicção de que tais mudanças, antes de representarem o final de um ciclo na existência das nações, representam o começo de algo novo.

E, como a história nos conta que todo começo de um ciclo se faz com a abertura de grandes oportunidades, arrebatando possibilidades para promover o desenvolvimento e o bem-estar das pessoas, o povo dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri está determinado a inserir-se nessa nova conjuntura, a fim de reduzir a distância que o separa das regiões mais desenvolvidas.

Está mais do que provado que a brava gente de nossa região não se omite a dar as respostas positivas todas as vezes que o poder público desenvolve ações que se revertam em ganhos para a região. Nos últimos anos, o vale do Jequitinhonha, especificamente, alcançou conquistas que estão modificando a sua realidade.

A sua inclusão na SUDENE, que veio antecedida de uma longa e comovente mobilização de toda a sua população, através das lideranças locais, devolveu a auto-estima à população e favoreceu o surgimento de negócios, sobretudo a partir da presença do Banco do Nordeste e de seus agentes de desenvolvimento.

Enfatizamos a necessidade da instalação de três agências regionais do Banco do Nordeste nas cidades-pólos de Almenara, Araçuaí e Capelinha, para dar celeridade na solução dos entraves burocráticos e consolidar a atuação da instituição no vale do Jequitinhonha.

A disposição para o trabalho, ora predominante na região, está mudando os conceitos em todos os níveis da produção. Esse ambiente favorável para investimento em novos negócios contamina, positivamente, grandes, médios e pequenos produtores rurais, que encontraram no Banco do Nordeste o parceiro ideal.

Impulsionados pelo desejo de trabalhar, e muito, e queimar etapas, com vistas a tornar mais curto o caminho que os distanciam das modernas tecnologias, vários produtores do vale do Jequitinhonha estão utilizando os recursos da irrigação em diferentes projetos agropecuários.

Conscientes de que a irrigação é um valioso instrumento, do qual o agricultor não pode abrir mão para alcançar os novos patamares demandados pela moderna agricultura, esses produtores estão ingressando na atividade cafeeira.

Um desses exemplos é Capelinha, onde a implantação da cafeicultura transformou o cenário sócio-econômico do município. Também a fruticultura se expande em grande escala.

A produção mineral é outra atividade que se desenvolve. Em Medina, temos a extração do granito, gerando emprego e renda. Em Araçuaí e Itinga há o feldspato; enquanto, em Pedra Azul e Salto da Divisa, temos o grafite em plena produção. Em Turmalina e Minas Novas, cresce um importante pólo moveleiro, a partir da utilização do maciço de eucalipto da região.

A usina de Irapé, no rio Jequitinhonha, com previsão da CEMIG de ter a sua construção iniciada ainda em junho, será um fator considerável de geração de emprego e energia, além de possibilitar a implantação de inúmeros projetos de irrigação.

Esse é um importante avanço em busca da tão desejada diversificação da atividade econômica numa região onde, tradicionalmente, predominou a pecuária e a agricultura de subsistência.

Esse salto de qualidade que está se iniciando em todo o vale do Jequitinhonha, em diversos segmentos produtivos, é também visível na pecuária.

A preocupação em produzir um rebanho de qualidade, a partir do melhoramento genético, de cuidados fitossanitários e de melhor pastagem, tem favorecido o aumento da produção de gado livre da aftosa.

Esse gado de qualidade atingiu as condições de fornecer uma carne nobre, de acordo com os mais altos padrões de exigência do mercado internacional. Diz o preceito constitucional que a educação é direito de todos e dever do Estado. E a ciência acrescenta que a educação é uma condição para o pleno desenvolvimento da pessoa humana. Mesmo não sendo, por si só, garantia de emprego, a educação é o pressuposto insubstituível para a inserção das pessoas no mundo do trabalho, além, é claro, de ser o elemento de construção da cidadania. Essa necessidade de acesso ao mundo do conhecimento é exigência de uma nova regra mundial, em que a competição e o seletivo mercado de trabalho impõem essas condições. À vista dessa assertiva, a educação, em vários municípios, prospera nos vales do Jequitinhonha e Mucuri, oferecendo escola de qualidade, dentro de uma proposta pedagógica de integração entre família e escola, que cresce a partir do ensino fundamental e médio e, agora, de forma avissareira, com o ensino superior, com a presença indefectível da UNIMONTES na região. Desde janeiro, a UNIMONTES está instalada nos Municípios de Pedra Azul e Joaíma, onde oferece o curso de licenciatura plena para a qualificação dos professores.

Em Capelinha, estão em funcionamento os cursos superiores de Matemática e Letras.

Em Joaíma, a UNIMONTES oferecerá 100 vagas para os cursos de História e de Matemática, com o início das aulas marcado para agosto, e o vestibular, em julho. Em Pedra Azul, outras 100 vagas serão abertas para os cursos de Educação Física e de Geografia, que começam em janeiro. Os municípios da Comarca de Águas Formosas deverão receber, em breve, os cursos de nível superior da UNIMONTES.

A partir de agosto deste ano, a UNIMONTES marca, definitivamente, a sua presença na região, com a instalação de seu "campus" na cidade de Almenara, realizando o seu primeiro vestibular para graduação nos cursos de Pedagogia e Letras.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)* - Deputado Márcio Kangussu, neste momento, o vale do Jequitinhonha orgulha-se do seu filho, pelo trabalho que vem desempenhando, pela luta e pela parceria no intuito de fortalecer o Norte de Minas, restaurando a nossa região. Graças a Deus, saímos do discurso para a produção física, humana e intelectual e para a transição do potencial para o produto. Quando nos consolidarmos enquanto produto, passaremos a representar mais para o PIB de Minas Gerais. Com certeza faremos com que Minas tenha orgulho das nossas gerais.

Quando falam da UNIMONTES, tocam o meu coração, porque sou fruto dessa Universidade. Formei-me lá e sou professora. Hoje ficamos, até às 12h30min, discutindo sobre a necessidade da execução do plano de carreira e de cargos e salários das universidades estaduais de Minas Gerais. Discutimos, também, sobre a necessidade e a urgência da convocação de concurso público, pois somente 50% do quadro da UNIMONTES é efetivo, e, com relação à UEMG, somente 20%. Não podemos construir uma universidade mais comprometida e sólida se o Governo do Estado não der condições para que os professores, os funcionários e as fundações agregadas à UEMG e à UNIMONTES possam ser efetivos. Muito mais do que o avanço e a transição para produto é serem instrumentos claros e efetivos. Que bom que a nossa região tem um filho como V. Exa. nesta Casa. Fico feliz pelo fato de a nossa UNIMONTES estar sendo chamada para fazer uma parceria por sua região.

O Deputado Márcio Kangussu - A UNIMONTES não é orgulho apenas para Montes Claros e para o Norte de Minas, mas para todo o Estado e, em particular, para o Jequitinhonha e para o Mucuri. Essa Universidade dá um grande exemplo de como contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região Norte, dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, tornando-se fator de integração regional.

O Deputado João Batista de Oliveira (em aparte) - Meu caro Deputado Márcio Kangussu, tive a oportunidade de acompanhar V. Exa. algumas vezes ao vale do Jequitinhonha, em Capelinha, onde houve audiência pública. E agora, recentemente, estivemos em Almenara, tratando da erradicação da febre aftosa. Gostaria de cumprimentá-lo pelo seu trabalho nessa região. Havia aquele discurso de o vale do Jequitinhonha ser chamado eternamente de "vale da miséria". Parece que as pessoas que diziam isso nem sempre eram da região. O que podemos sentir é prosperidade no vale, apesar de as políticas públicas não darem muito apoio. O vale tem uma classe dirigente de altíssimo nível, tanto no setor rural como nos setores comercial e industrial, que resiste a tudo. Passei por lá acompanhando a cavalgada Diamantina-Porto Seguro e pudemos ver que em determinados trechos do vale demora-se 2 horas para rodar 30km. À medida que entramos na Bahia, em 30 minutos rodamos de 120km a 150km. Apesar disso, o vale resiste e vem produzindo riquezas para Minas Gerais. Hoje, podemos constatar que só a região de Capelinha e Itamarandiba têm 60.000ha de café do tipo para exportação. Isso ninguém nunca falou que o vale tem. E V. Exa., como um grande embaixador da região, está buscando verbas constitucionais, vinculadas à educação, para promover o desenvolvimento da região.

Quería cumprimentá-lo e agradecer a oportunidade de nos ter conduzido até o vale para participarmos daquelas audiências públicas, quando pudemos ver uma parte tão boa de Minas Gerais e tão discriminada. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu - Nobre Deputado João Batista de Oliveira, a sua sensibilidade não é novidade nesta Casa. V. Exa. entendeu bem o espírito de nosso pronunciamento, que é mostrar as potencialidades e o valor dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Faltam-nos apenas condições; o desenvolvimento, sabemos fazê-lo. E já está agendada a presença dos Deputados em Joáima para participar de uma cavalgada.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Nobre Deputado Márcio Kangussu, meu companheiro, quero cumprimentar V. Exa. pelo belíssimo trabalho em prol de nosso Estado, em prol de nossa região, o vale do Jequitinhonha. Estivemos lá há 15 dias, presidindo a Comissão de Agropecuária, e sentimos de perto o carinho daquele povo pelo Deputado Márcio Kangussu. Quero dizer que V. Exa. faz muito bem em levar a UNIMONTES para o Jequitinhonha. Onde há um curso superior, os empresários chegam para investir. V. Exa. está de parabéns e pode contar com o meu apoio e, com certeza, com o apoio de todos os Deputados desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu - Muito obrigado, nobre Deputado Dimas Rodrigues, que também é votado no vale do Jequitinhonha.

É necessário que se fortaleça o apoio do Governo para que a UNIMONTES possa avançar nesse processo. Para isso, tramita nesta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, com substitutivo de minha autoria, o qual dá condições financeiras para o nosso processo de criação, implantação e manutenção de outros cursos superiores nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Com 21 cursos de graduação, dos quais 16 estão em funcionamento em sua sede, em Montes Claros, a UNIMONTES está em permanente processo de expansão de suas atividades. São mais de 5 mil alunos matriculados.

Fica registrado o agradecimento sensibilizado da população dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri à diretoria da UNIMONTES. Expressamos esse agradecimento na pessoa do Reitor, o eminente Prof. José Geraldo de Freitas Drumond, que teve a percepção e o desprendimento de promover a interiorização do ensino na nossa querida região. Não é difícil entender o alcance e a projeção de uma instituição como a UNIMONTES, cujas diretrizes a nortear sua política destaca como principal capítulo o compromisso com o desenvolvimento de atividade de ensino, pesquisa e extensão.

O vale do Jequitinhonha dá sinais incontestes de que rompe, finalmente, o isolamento e a escuridão seculares em que se achava submetido.

Quero registrar também que, dentro desse processo de desenvolvimento, a administração de Pedra Azul, do Prefeito Ricardo Mendes Pinto, consegue mais um tempo ao levar a telefonia celular para a cidade, no dia de seu aniversário, na última quinta-feira. Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras que nos visitam, em primeiro lugar, gostaria de congratular-me com o Deputado que me antecedeu por seu pronunciamento e trabalho. Sem dúvida alguma faço minhas suas palavras, assim como faço minhas as palavras do Deputado João Batista de Oliveira, que enaltecem a legislatura do Deputado Márcio Kangussu, considerando-o um dos autênticos representantes da região do vale do Jequitinhonha, onde tenho o privilégio de ser votado em algumas cidades. Vejo na pessoa do Deputado Márcio Kangussu um dos representantes mais legítimos e autênticos da região, e a população da região espera bastante de sua atuação. Estarmos a seu lado significa respeitarmos seu mandato e o povo do vale do Jequitinhonha, que o elegeu de forma brilhante.

Além disso, gostaria, Sr. Presidente, de anunciar, desta tribuna, que nosso partido, o PMDB - estruturando-se para cumprirmos uma agenda intensa, já que estamos disputando as eleições com candidatura própria em quase todos os municípios de Minas, e querendo avançar mais no que concerne aos representantes dos municípios eleitos -, está realmente em uma verdadeira cruzada no sentido de levar a sua bandeira ao interior do Estado e à Capital. Esse não é um trabalho fácil, mas muitos de nós o fazemos com muita alegria e responsabilidade.

Portanto, quero chamar a atenção de todos os companheiros, especialmente do interior, para que, na medida do possível, nós, da executiva do partido, simpatizantes e militantes do PMDB, estejamos juntos, levando a bandeira do partido e fazendo o maior número de Vereadores e Prefeitos pelo Estado afora. Sr. Presidente, como um dos Deputados mais votados em Belo Horizonte, digo, com muita alegria, que formalizamos a constituição de uma comissão que representará a executiva do partido e seu diretório.

Infelizmente, ainda não tivemos a oportunidade de montá-lo, mas essa comissão, além dos trabalhos com vistas à eleição de 1º de outubro, também tratará da constituição do diretório municipal do PMDB, em Belo Horizonte. É muito importante para o PMDB voltar à Prefeitura da Capital. Assim, formalizamos a comissão, que é composta pela Deputada Federal Maria Elvira, pelos Vereadores Totó Teixeira, Líder da Bancada; Geraldo Félix, integrante da Bancada do PMDB na Câmara e um dos históricos do partido; por mim, Deputado Estadual, majoritário do PMDB em Belo Horizonte; e por uma representante de jornal, Adriana Miler, que representa também o PMDB Mulher. Coube a mim o cargo de Presidente dessa comissão. Portanto, a partir de agora, junto à executiva do partido, que também integro, junto ao nosso Presidente, Armando Costa, e junto à nossa candidata, Deputada Federal Maria Elvira, intensificaremos os contatos a fim de fazer uma coligação mais ampla com o objetivo de levar a nossa candidata Maria Elvira à Prefeitura de Belo Horizonte.

No ano passado, desta tribuna, já preconizava que o PMDB teria a sua candidatura própria em Belo Horizonte. No entanto, muitos duvidaram disso. Naquela oportunidade - como Vereador que fui por 16 anos e um dos fundadores do PMDB em Belo Horizonte - comentei sobre a importância de o nosso partido ter o seu próprio candidato à Prefeitura. Na última eleição para Prefeito, quando emprestamos o nosso apoio ao Dr. Célio de Castro, dizia que era um excelente nome para o partido - não tínhamos dúvidas sobre isso -, mas para a chapa de Vereadores era o pior nome, porque não agregava votos para a legenda do PMDB, pois nas propagandas oficiais aparecia somente o seu número e não aparecia o nosso 15. Por isso, na última eleição para Vereador, em Belo Horizonte, a "performance" do PMDB foi a pior dos últimos tempos, isto é, desde 1982. Fizemos apenas dois Vereadores, eu e

o Geraldo Félix, que foi eleito com a sobra dos votos, senão teria sido eleito apenas o Vereador Márcio Cunha.

Isso é importante para demonstrarmos que o crescimento do partido e a sua presença em Belo Horizonte se darão mais fortemente com uma candidatura própria. Portanto, a candidatura da Deputada Federal Maria Elvira é irreversível e está crescendo. Tive a oportunidade de conversar com alguns amigos de São Paulo e fiquei sabendo que nessa cidade haverá polarização das candidatas Marta Suplicy e Luiza Erundina, numa demonstração de que o eleitorado sabe que contar com uma mulher à frente da Prefeitura é boa opção, constituindo-se em algo de novo para os municípios. Assim, a candidatura da Deputada Maria Elvira vem crescendo e foi lançada no momento certo. Nós, do PMDB, temos orgulho de ter o seu nome como nossa representante, como nossa candidata a Prefeita de Belo Horizonte.

Estamos fazendo também um amplo investimento em nossa chapa de Vereadores. Tínhamos dois, os Vereadores Geraldo Félix e Heitor Ruggio, mas hoje já contamos com mais quatro, que são os Vereadores Enilson Heiderick, João Gualberto, Totó Teixeira e Maria Lúcia Scarpelli. Enfim, Sr. Presidente, são seis Vereadores que desejamos eleger. E - quem sabe? - sem dúvida alguma, com o nosso esforço, com o nosso apoio, elegeremos além desses seis. Por isso, Sr. Presidente, é motivo de orgulho dizer que, a partir de agora, com essa comissão que está sendo constituída e com este Deputado presidindo esta comissão, estaremos fazendo os contatos com os mais diversos partidos, para ampliar essas possibilidades de coligações. Hoje a Deputada Federal Maria Elvira tem todas as chances, todas as qualidades para, efetivamente, se eleger Prefeita de Belo Horizonte. Então, é com muita alegria, com muita satisfação, mas acima de tudo com muita vontade que vamos participar dessa campanha. Sabemos que não será uma campanha fácil, sabemos das dificuldades, porque hoje, mais do que nunca, há uma certa descrença por parte de nosso eleitorado, fruto, sem dúvida alguma, da falta de definição de uma política clara. Nesse sentido, chamo a atenção para o fato de que no Congresso Nacional se está discutindo a probabilidade de uma reforma político-partidária. Isso tem de ocorrer. Já não podemos conviver com essa balbúrdia partidária, com essa quantidade de partidos, sem fidelidade partidária, sem nenhum tipo de compromisso. Isso é realmente muito importante. E é em vista disso que há a descrença por parte da população. Mas a população precisa acreditar, precisa saber que existem "políticos" e políticos e que existem pessoas que são capazes de defender o povo, que são capazes de defender a sua comunidade, que são capazes de enfrentar bem esta situação. E uma dessas pessoas é a Deputada Federal Maria Elvira, que, insisto, tem todas as qualidades para ser a futura Prefeita de Belo Horizonte. E é por isso que a nossa bancada nesta Casa, os 14 Deputados, estamos unidos na candidatura da Deputada Federal Maria Elvira. Fizemos um encontro com a bancada municipal, com a federal e com toda a nossa bancada, e hipotecamos total apoio e solidariedade a ela.

Todos os Deputados de nossa bancada, independentemente daqueles que são muito votados em Belo Horizonte, faremos um trabalho para obter votos para a candidatura da Deputada Federal Maria Elvira em Belo Horizonte. Por isso, Sr. Presidente, estamos trazendo a mensagem de nosso partido, como membro da executiva do PMDB, de que o PMDB está estruturado. Portanto, faremos campanha em todos os 853 municípios de Minas e, mais do que isso, a nossa proposta e a nossa intenção é fazer de 400 a 500 Prefeitos do PMDB. Fazer o Prefeito em Belo Horizonte é hoje vocação, é interesse, é compromisso do PMDB. A Deputada Federal Maria Elvira é, sem dúvida alguma, a futura Prefeita de Belo Horizonte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, evidentemente que, na condição de parlamentar desta Casa, Deputado Estadual eleito majoritário em Montes Claros e em algumas cidades do Norte de Minas, predominantemente no Norte de Minas e no Jequitinhonha, temos evitado trazer a esta Casa assuntos da política local, porque entendemos que neste parlamento são debatidos os grandes assuntos de Minas Gerais, são discutidos os temas mais relevantes do nosso Estado.

As nossas disputas locais, as nossas desavenças, que existem e são normais no processo democrático, devemos deixar nas nossas bases.

Nesta tarde, ouvi o pronunciamento de um colega Deputado enaltecendo e defendendo a figura e a administração do atual Prefeito de Montes Claros, e tenho evitado até agora tocar no assunto, mesmo tendo recebido 26.000 votos naquela cidade, acho que esse parlamento é mais afeito ao debate dos grandes temas do Estado. Porém, estando presente, se me calasse, para os telespectadores que nos acompanham, pareceria que concordamos com tudo que se falou da maravilhosa administração que estaria fazendo aquele Prefeito. Portanto, até um pouco constrangido, sou obrigado a manifestar-me com a indignação dos justos a contestar e a discordar. Quem conhece Montes Claros sabe que aquela população, nas últimas eleições, viu-se vítima de um engodo, quando fizeram várias promessas mirabolantes, quando o atual Prefeito prometeu 45.000 novos empregos, 16.000 casas, médicos de porta em porta, e, no entanto, exatamente o contrário vem acontecendo, a tal ponto de algumas indústrias terem sido fechadas nos últimos anos, sem que a Prefeitura fizesse alguma coisa.

Posso dizer que lá a situação é crítica, o Prefeito vive péssimo momento, e só mesmo discurso de aliados políticos podem ter a possibilidade de mudar, ainda que num simples discurso, essa realidade.

Estamos preparados para enfrentar as urnas, com o nosso candidato Atos Evelino, e temos muita confiança, porque estivemos à frente da Prefeitura de Montes Claros durante 14 anos, pela força do povo, e para que esse povo volte a ter vez retomaremos a Prefeitura daquela cidade.

Fizemos esse esclarecimento para não parecer que estaríamos concordando com as loas proferidas aqui, em apoio à maravilhas ditas da cidade de Montes Claros. Infelizmente, essa não é a verdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nas últimas semanas temos acompanhado a imprensa da capital mineira. Os jornais "Estado de Minas", "Hoje em Dia", "O Tempo" e outros órgãos da imprensa local com repercussão nacional vêm denunciando a devastação, a degradação do meio ambiente, especialmente da Serra do Curral, que está estarecendo a todos os mineiros, porque todos nós, mesmo os do Norte de Minas, os do Jequitinhonha, os do Triângulo Mineiro e os do Sul de Minas, em algum momento e de alguma forma, somos um pouco belo-horizontinos, sentimos o sofrimento desta Capital e queremos fazer alguma coisa para minimizar esse sofrimento e essas dificuldades.

Pois bem, o que a imprensa mostrou com fotografias, da maneira mais crua, é a degradação da Serra do Curral, e o jornal "Estado de Minas", em uma de suas reportagens, buscou informações do Prof. Pratini de Moraes, mostrando um verdadeiro crime que está acontecendo na região chamada APA SUL - Área de Proteção Ambiental Sul.

Vários órgãos da imprensa mostram que o Governo precisaria agir de maneira mais radical, mais determinada para evitar isso que está acontecendo. No entanto, quando consultamos a legislação, chegamos à conclusão de que existe apenas um decreto, ainda exarado à época do Governador Hélio Garcia, que criou a Área de Proteção Ambiental Sul e toda legislação genérica, mas não específica, em relação a essa região da Grande BH.

Por essa razão tivemos a iniciativa - ainda antes dessa divulgação feita - de apresentar um projeto de lei, que já está tramitando nesta Casa com o número 1.052.

Dirijo-me ao egrégio Plenário da Assembléia Legislativa, muito mais na condição de cidadão do que como parlamentar. Na condição de cidadão nascido e criado na seca, onde a água, posso dizer, vale ouro, ou mais do que isso, vale a vida humana. Sinto-me, assim, autorizado a alertá-los de que, caso não sejam adotadas medidas preventivas eficazes, assistiremos à transformação em deserto de grande área situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, sobretudo ao sul da Capital, onde se encontram localizadas empresas minerárias de grande porte, que, no intuito de extrair o máximo, usam e abusam do direito de maquiagem dados apresentados ao Estado e prometer mundos e fundos. Estão sempre certas de que nada cumprirão e de que por nada serão cobradas nesse País de 500 anos de impunidade, ou melhor, no País que pune aqueles que não deveriam ser punidos e consagra a contravenção declarada.

Esses dados são, muitas vezes, reinterpretados de modo a privilegiar grandes empreendimentos minerários, em detrimento da qualidade de vida das populações.

Embora muitos desses número possam, em princípio, dizer pouco, podem representar o desaparecimento de mananciais inteiros, impedindo seu uso para abastecimento de milhares de residências.

As captações de Mutuca, Fechos, Catarina e Barreiro, além de diversos outros tributários do rio das Velhas, dos quais a COPASA recolhe a água que serve às populações de Belo Horizonte e de sua Região Metropolitana, estão sob ameaça constante da fúria extrativa que se abate sobre alguns setores de nossa economia. Em muitos casos, a imensa devastação necessária à extração de grandes quantidades de minério de ferro pode atingir e mesmo ultrapassar a profundidade das fontes de água mais significativas de dado manancial. O minério de ferro tem que ser extraído em imensas quantidades, já que o preço de venda no mercado externo é muito baixo. Trocam-se toneladas de ambiente por escassos dólares. A profundidade das cavas, portanto, é fator crítico para a possibilidade de sobrevivência dos cursos de água.

O que se observa é que muitas empresas de baixa qualidade gerencial mascaram as informações que fornecem ao Estado, numa tentativa de burlar o entendimento público e extrair apenas segundo suas próprias conveniências.

Por isso, não podemos ficar alheios a essa sucessão interminável de equívocos e nem deixar que prevaleçam unicamente os interesses dos empreendimentos minerários.

As avaliações financeiras desses empreendimentos, aparentemente, dão pouca consideração ao fato de os lucros estarem ancorados na sede da população. Entretanto, muitas das iniciativas dessas empresas deverão ser contidas ou mais firmemente reguladas. E isso antes que males maiores ocorram, como consequência do desrespeito ao sagrado e inalienável direito do cidadão de ter acesso à água.

Adicionalmente, é essencial que os parcelamentos do solo, o comércio e os outros setores industriais também sejam agraciados com permissão de instalação ou operação, somente após criteriosos estudos, no âmbito da gestão colegiada proposta pelo projeto de lei que acabamos de apresentar. Caso contrário, estaremos incentivando a proteção do ambiente, de um lado, e fomentando sua degradação, de outro.

Por fim, devo esclarecer a todos que o projeto que ora submeto à consideração desta Casa foi baseado em dois decretos, que são: Decreto nº 35.624, de 8/6/94, que declara como Área de Proteção Ambiental a região situada nos Municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Caeté, Ibirité, Itabirito, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara e dá outras providências; e Decreto nº 37.812, de 8/3/96, que altera os arts. 4º e 5º do primeiro.

O fato de o projeto de lei que apresento se basear em decretos ainda em vigor poderia inspirar em meus pares a seguinte indagação: por que transformar em lei dispositivos normativos em vigência?

Eu diria que o que é feito por um homem, em geral, não é melhor do aquilo que é feito por todos. Se representamos o povo de nosso Estado, cabe a nós, e a ninguém mais, a iniciativa e o empenho em proteger o que temos de mais essencial: o ambiente no qual vivemos e criamos nossos filhos.

Se para alterar ou invalidar um decreto bastam a vontade e a assinatura de um homem, as alterações em leis terão que se submeter ao crivo do povo. Para a criação da Área de Preservação Ambiental ao Sul da Região Metropolitana - APASUL - é, portanto, absolutamente necessária a existência de lei específica, não alterável por simples assinatura. Que seja lei e que o Poder Executivo seja consultado, mas não possa decidir, solitariamente, sobre eventuais mudanças em seu texto.

A transformação de grandes áreas em desertos é algo que não podemos e nem iremos deixar como herança para nossos filhos.

Tendo em vista essa argumentação, apresentamos um projeto de lei criando a Área de Proteção e Preservação Ambiental Sul de Belo Horizonte - APASUL -, um projeto completo que já vem sob o crivo da análise dos estudos de algumas entidades, organizações não governamentais de preservação do meio ambiente, que conta, tenho certeza, com o bom entendimento das entidades ambientais do Estado de Minas Gerais. Tenho certeza de que se trata de assunto que será debatido na Casa com a coragem que sabemos existir junto aos nobres parlamentares deste Poder. Entendemos que agora é preciso haver esse esforço, para conter a atividade predatória das empresas mineradoras, sob pena de termos, em pouco tempo, a bela Capital dos mineiros em situação totalmente fora daquilo que queremos em termos de clima e de meio ambiente.

O projeto de lei que tomou o nº 1.052 está tramitando na Casa, já está na Comissão de Justiça. Ainda hoje, na reunião dos Líderes, solicitamos ao Presidente Deputado Anderson Aduato e aos demais Líderes presentes que se agilizasse a tramitação desse projeto, para que rapidamente Belo Horizonte possa ter uma lei que proteja seu meio ambiente, seus mananciais, e garanta o futuro para os nossos filhos, porque, de uma forma ou de outra, estamos aqui em Belo Horizonte porque é a Capital de Minas Gerais.

Portanto, antes que a imprensa desse o destaque que deu, estamos acompanhando essa tendência, dando uma resposta imediata desta Casa em relação à devastação da serra do Curral, para que possamos ter a tranquilidade e a serenidade de um futuro em que o meio ambiente da Capital e da Região Metropolitana sejam preservados. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras, estamos usando esta tribuna nesta tarde para apresentar inclusive um requerimento a respeito da COMIG.

A COMIG está, de acordo com a publicação no "Minas Gerais" de 3 de junho, assinando convênio com diversas entidades e Prefeituras. O que nos chamou a atenção é o convênio de R\$850.000,00 assinado com a Prefeitura de Ouro Fino, no Sul de Minas, para a construção de um aeroporto municipal. E a justificativa é a de que é de grande interesse para o Estado de Minas Gerais e para a COMIG, eis que possibilita a integração aérea do município, facilitando o acesso às estâncias hidrominerais, região em que a COMIG é proprietária de grande patrimônio. Isso até seria aceitável, se Poços de Caldas não fosse o pólo mais importante da COMIG e não quisesse a construção de um aeroporto.

Temos ainda um convênio de R\$550.000,00, assinado com a Prefeitura de Monte Sião, visando à construção de uma ponte de contenções no referido município. E outro de mais R\$2.633.606,00 com a Prefeitura de Maria da Fé. A primeira questão que colocamos é: Isso é realmente de maior interesse para o Estado? São essas obras prioritárias?

Existem diversos outros convênios: convênio de R\$54.000,00 com a Prefeitura Municipal de Tapira; convênio de R\$70.000,00 com a Arquidiocese de Uberaba, e por aí afora. Mas o que nos chamou mais a atenção foi esse último convênio, celebrado com as Prefeituras de Maria da Fé e Cristina, no valor de R\$2.633.000,00, R\$1.000.000,00 para uma, R\$2.000.000,00 para a outra, em torno de R\$4.000.000,00. E sua justificativa diz assim: "tendo em vista imprevistos decorrentes de equívocos nos projetos do Departamento de Estradas de Rodagem - DER - de Minas Gerais".

O que gostaríamos, Sr. Presidente - e este é o requerimento que queremos apresentar -, é de convocar para vir aqui o Secretário da Casa Civil, que também assina como Presidente da COMIG. (- Lê:)

- Lê requerimento em que pede seja convidado o Exmo. Sr. Secretário da Casa Civil, Sr. Henrique Hargreaves, para, em Plenário, fornecer informações a respeito dos convênios firmados entre a COMIG e municípios mineiros, nos últimos dois meses.

Por que estamos querendo ouvi-lo? Primeiro, queremos saber se a Constituição do Estado admite que o Secretário da Casa Civil possa acumular permanentemente a função de Presidente da COMIG. Tivemos o cuidado de observar que os lucros dessa empresa ficaram entre R\$22.000.000,00 e R\$24.000.000,00. E queremos saber da aplicação da verba dos convênios que estão sendo assinados. Estamos percebendo que a justificativa é apontar equívocos do DER, que não sabemos quais foram. Desejamos saber quais foram esses equívocos, por que esse dinheiro está sendo aplicado ali, e não em Poços de Caldas, centro maior de interesse da COMIG. Queremos, também, saber se todos os convênios assinados obedecem a um critério de maior necessidade, urgência, de otimização da aplicação dos recursos. A princípio, parece ser o principal objetivo de uma companhia mineradora construir pontes, aeroportos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse é o motivo pelo qual estamos protocolando esse requerimento, esperando merecer as devidas explicações por parte do Sr. Hargreaves, devidas a nós, Poder Legislativo, responsáveis por zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos. Queremos ter a segurança de que todos os recursos aplicados no Estado o sejam da melhor maneira possível, produzindo bons resultados, dentro de um critério de prioridades estabelecido pela sociedade.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - V. Exa. traz assunto de real interesse para o Poder Legislativo, que é um poder fiscalizador. Trata-se de uma boa oportunidade para ser explicado o que é, hoje, a COMIG, qual o seu objetivo, a sua estrutura, as suas diretorias, a remuneração dos Diretores, enfim, para que serve, atualmente, a COMIG. Há alguns anos, a COMIG, assim como as empresas que a precederam, tinham determinados objetivos, tais como a exploração de jazidas minerais, a exploração de águas minerais, o turismo.

Posteriormente, essas empresas foram se incorporando em uma única empresa, denominada COMIG, assim como o caso da METAMIG, da HIDROMINAS, que se transformaram em COMIG. Hoje, a COMIG tem, como fonte de receita, o recebimento de "royalties". Julgo ser importante que se esclareça se a empresa apenas vive dessa remuneração, por que precisa ter essa estrutura, por que está construindo pontes ou estradas, etc. É um momento oportuno, Deputado, para que, através do seu requerimento, possamos obter informações abertas dessa empresa para darmos uma satisfação a toda a sociedade mineira. Quando há uma notícia dessa natureza, publicada no "Minas Gerais", esperamos que todos possam ter conhecimento das razões que levaram o Governo a utilizar a COMIG para fazer determinadas obras que, num primeiro momento, nos parecem totalmente fora do seu objetivo social.

O Deputado Miguel Martini - É preciso, Deputado Mauro Lobo, dizer-se que, quando uma empresa pública, uma estatal, dá prejuízo, o dinheiro sai dos cofres públicos, do Tesouro, para cobrir possíveis falhas. Quando ela dá lucro, por que é o Presidente da COMIG quem define onde vai aplicar e por que isso não está constando no orçamento, para ser avaliado pela Assembléia Legislativa? Se deu lucro, então se aplica de qualquer maneira? Não estou dizendo que não seja prioritário, queremos participar desse processo de discussão. Tenho informações de que outros lugares também têm prioridade e sequer foram mencionados.

E, principalmente, queremos saber se se justificam a estrutura e o custo. Queremos fazer uma sabatina sobre tudo isso, quando o Secretário aqui vier. E até mesmo questionar - e já pedimos à assessoria para fazer esse levantamento - o fato de o Secretário da Casa Civil, que também é Secretário de Comunicação Social, que também é Presidente da COMIG, e está sendo Presidente de maneira permanente, se isso está de acordo com os preceitos legais da Constituição do nosso Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero agradecer, desta tribuna, a homenagem que recebi, no último dia 31 de maio, na cidade de Juiz de Fora, quando recebemos a Medalha do Sesquicentenário. Foi um momento muito feliz da minha vida, porquanto, dentre nossos trabalhos ao longo do tempo, os mais felizes ocorreram nessa cidade, terra do Deputado Alberto Bejani, que também estava presente, para nossa alegria. Na época em que fomos Secretário das Minas e Energia, tivemos participação efetiva na questão do gasoduto. Tivemos, também, participação expressiva no lançamento do "Luz de Minas I", na cidade de Juiz de Fora, e, também, quando inaugurada a Barragem de Chapéu Duvas, com a presença do Presidente do CESAMA, Dr. Marcelo Siqueira, e do Ministro Krauser. Em virtude da nossa militância no esporte nessa cidade, na época da TV Industrial, do nosso saudoso Dr. Sérgio Mendes, posteriormente comandada pelo seu filho Geraldo Mendes, sempre tivemos Juiz de Fora como a Capital da Zona da Mata. É uma cidade que hoje é um pólo da educação, para onde os estudantes da Zona da Mata sempre se dirigem e são acolhidos como filhos. Por tudo isso, essa Medalha do Sesquicentenário representou muito em nossa trajetória política, razão pela qual venho agradecer essa honraria ao Prefeito Tarcísio Delgado, ao Presidente da Câmara da cidade, Vereador Paulo Rogério, ao Presidente do Conselho da Medalha, enfim, agradecer a todos os que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que nosso nome fosse aprovado dentre as 150 personalidades que foram homenageadas naquele dia, na cidade de Juiz de Fora. Foi uma satisfação muito grande, e, nesta oportunidade, agradeço, também, a confiança do povo da "Manchester Mineira". Muito obrigado.